

Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo

PEDRO FIORI ARANTES

"Em política, 'dizer é fazer', quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz."

Pierre Bourdieu
O poder simbólico, p.185

Sumário

Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo	5
Consciência de crise e produção do consenso	6
As idéias-força no discurso de renovação do Centro de São Paulo	8
a) Quem tem direito ao acesso?	8
b) Foco e concentração de investimentos	10
c) Diversidade e mistura social	12
d) Nova Luz na Cracolândia	15
O que é e quem defende o “interesse público”?	18

Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo

No Centro de São Paulo transitam 2,5 milhões de pessoas todo dia. Ou seja, um em cada quatro moradores da capital frequenta a região cotidianamente, fato que se nota facilmente observando o fluxo de pessoas pelos calçadões e terminais urbanos. Esse fato não impede, entretanto, que o atual coordenador das ações públicas no Centro da cidade, Andrea Matarazzo, afirme que "Precisamos trazer o paulistano de novo para cá, seja para morar, trabalhar, fazer compras ou simplesmente passear"¹. O que ele quer dizer com isso?

1 Em Revista Veja São Paulo, de 16/03/2005.

A análise das falas e das justificativas para as ações dos agentes públicos no processo de renovação da área central de São Paulo é o tema desse artigo. O discurso e o poder de quem o enuncia revelam intenções que precisam ser interpretadas. Como afirma Pierre Bourdieu, "basta que as idéias sejam professadas por responsáveis políticos para se tornarem idéias-força capazes de se imporem à crença", pois no campo político, "as idéias-força tem o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro"². A eficácia do discurso político está em seu poder mobilizador, no sentido de tornar-se uma espécie de "profecia auto-realizada".

2 Em Pierre Bourdieu, O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1989, p.187.

A decisão de centrar a análise prioritariamente na prática discursiva de gestores do programa e não de outros atores – como técnicos do BID, consultorias, gerenciadoras, ONGs e mesmo a população atingida – é aqui tomada em função de serem eles os únicos que, por obrigação legal, devem defender o "interesse público" ou "bem comum" – noções a que retornaremos adiante.

Pretende-se, assim, verificar como esse discurso é construído para justificar a ação pública. Na escolha feita por quem enuncia, entre o que é dito ou não dito, entre o que é mostrado e o que é escondido, entre o que é priorizado ou acaba relegado, procuraremos compreender qual o caráter ideológico da construção discursiva dos gestores. Ou seja, ao que ele serve: defende os interesses públicos, como interesses de igualdade de acesso e de bem-estar para a totalidade da população? Está direta ou indiretamente capturado por interesses privados? A quem se dirige este discurso (à população em geral, a investidores locais, a investidores externos, a grupos de pressão)? Quem o enuncia e qual o poder de autoridade desse enunciador? Quais palavras de ordem e imaginários coletivos ele mobiliza para se legitimar? Como ele publiciza (por que meios de

comunicação e informação direta à população) e se publicitariza (ao se tornar a propaganda de si mesmo)?

A análise dos discursos certamente não substitui a análise das ações propriamente ditas, inclusive para verificar a distância entre palavras e práticas. Como nos lembra Flávio Villaça, "é comum entre nós considerar como sendo política pública o discurso do Estado acerca de sua ação sobre o urbano (...) há que se considerar, com cuidado, a diferença entre o discurso e a ação real do Estado, cujos objetivos, aliás, freqüentemente são ocultos"³.

Tal constatação não nos impede de reconhecer na própria construção discursiva uma dimensão da ação pública que precisa ser elucidada. Isso porque a enunciação dos objetivos públicos é parte relevante da disputa política e da formação de Estados democráticos e legítimos. As ambigüidades desses discursos, seu caráter ideológico ou de classe, podem revelar os interesses reais que movem as ações concretas, o sentido para o qual são planejadas e executadas. O campo político só é decifrado na medida em que se pode definir o universo do que é "dizível ou indizível, pensável ou impensável", uma vez que essa fronteira determina-se na relação de força entre interesses concretos em jogo⁴.

Consciência de crise e produção do consenso

A Revista *Veja*, uma das mais influentes do País, abre a matéria sobre a renovação do Centro de São Paulo com o seguinte parágrafo:

"O centro de uma cidade deveria ser como uma sala de visitas, onde se mostra o que se tem de melhor em casa. O centro de São Paulo, no entanto, parece um depósito de lixo. Sujo e degradado, foi abandonado por famílias, empresas e bancos. Seus imóveis caindo aos pedaços foram invadidos pela prostituição, pelo tráfico de drogas e pelo comércio de produtos piratas." (1/06/2006).

Qual o mecanismo retórico aqui estabelecido? Em primeiro lugar, mobiliza o senso-comum a respeito do papel da "sala de visitas" na vida doméstica para transferi-lo à própria cidade. Se a sala de visitas exhibe "o que se tem de melhor", seus objetos devem responder à imagem social de seu proprietário. Por isso, é a "área destinada à exposição de poder e riqueza"⁵. Na sala de visitas, os serviços (antes, escravos) estão sempre "ao dispor" para bem atender os patrões e seus convidados, segundo as convenções aprendidas. Na cidade, o centro-sala-de-visitas deve despertar nosso "orgulho cívico", ou "patriotismo de cidade"⁶. Mas esse orgulho está ferido, pois na segunda frase somos informados de que o "lixo" (urbano e social) ocupa esse espaço. O passo seguinte é a descrição de um cenário devastador que assombra o Centro da cidade. Evidentemente, não é dada nenhuma informação sobre as causas dessa situação.

A degradação do Centro aparece como naturalização de um processo que é social e histórico. Como explica Flávio Villaça, as idéias de "deterioração" e "decadência" do Centro são associadas aos processos naturais de apodrecimento

3 Em "Uma contribuição para uma história do planejamento no Brasil", in O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, Edusp, 1999, p. 173-4.

4 Pierre Bourdieu, op.cit., p.165.

5 Ver a análise do "poder simbólico" da casa burguesa em Sérgio Ferro, em Arquitetura e trabalho livre. São Paulo, CosacNaify, 2006, p.67-75. Na interpretação de Sérgio Ferro, o espaço social da casa "segue regras de comportamento radicalmente distintas das espontâneas maneiras de viver. Os milhares de tiques, gestos, etiquetas, cuja função é demonstrar que quem os exhibe possui suficientes recursos para desenvolver as atividades totalmente inúteis, tem cenário determinado: salas, espaços, móveis, tapetes, quinquilharias que não devem ser usadas".

6 Expressões do Planejamento Estratégico de cidades analisadas por Carlos Vainer em "Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano" in A cidade do pensamento único. Petrópolis, Vozes, 1999. Como afirma um dos editoriais do Informe da Associação Viva o Centro, de junho de 2004: "Trata-se de um conjunto de medidas que objetivam a plena requalificação da área para devolvê-la à fruição da população e, por extensão, resgatar-lhe a dignidade como referência cívica para São Paulo".

ou envelhecimento. Com isso, "a ideologia dominante quer veicular a crença de que a ruína do centro é um processo natural" ⁷.

7 Em Flávio Villaça, Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, StudioNobel, 1998, p.345.

O sociólogo Carlos Vainer, ao analisar os procedimentos do planejamento estratégico de cidades, indica como ponto de partida de qualquer intervenção "a produção de uma aguda e generalizada consciência de crise" ⁸. Ela é construída por meio de procedimentos discursivos e produz um efeito útil similar ao de uma aparente trégua, ou pacificação, que permite "superar [ou anular?] os conflitos entre os atores locais" e "instaurar consensos". Esse mecanismo retórico é, a seu modo, incorporado pelos próprios agentes públicos que, diante do quadro de crise, estabelecem a necessidade permanente de impor consensos para legitimar suas ações.

8 Carlos Vainer, op.cit., p.92.

Como veremos adiante, a lógica consensual proclama a identidade entre o Estado de direito e o direito dos indivíduos. Não haveria contradição entre interesses comuns e interesses particulares. Para tanto, esse discurso não identifica causas nem conflitos, pois quando se começa a indicar responsáveis e processos concretos, dificulta-se o consenso. Substitui-se a causalidade por "desafios" – órfãos de pai e mãe. A eficácia dessa estratégia está em reduzir ao silêncio as dissidências. O que, no limite, representa o próprio "desaparecimento da política", como afirma Jacques Rancière.

O ex-presidente do BID, Enrique Iglesias, também advoga a superação da antiga "política confrontacional" (também conhecida como luta de classes): "esse novo consenso político começa a surgir do esgotamento, pelas mais diversas razões, de diversos governos baseados em uma cultura populista ou ideológica, confrontacional e conflitiva, pouco disciplinada ou maximalista. Em seu lugar, gesta-se uma nova cultura cívica, mais desiludida e mais pragmática, menos impaciente e mais madura, menos inclinada ao conflito e mais disposta à busca de convergências, mais afastada de extremos e mais orientada pelo centro – uma desistência da impaciência política, com revalorização da moderação, da estabilidade e dos consensos" ⁹.

9 Em Enrique Iglesias, Reflexiones sobre el desarrollo económico. Washington, BID, 1992, p. 57.

Rancière define a "pós-democracia" ou "democracia do consenso" como um "idílio reinante que nela vê a concordância racional dos indivíduos e dos grupos sociais (...) preferivelmente ao conflito" ¹⁰. Por isso, no regime de consenso, em que as partes são tidas sempre como dadas, há uma hipertrofia da "performance lingüística". Ela passa a ter importância preponderante, pois é a única capaz de apresentar as soluções adotadas como sendo sempre as mais razoáveis e racionais, as únicas objetivamente possíveis.

10 Em Jacques Rancière, O desentendimento: política e filosofia. São Paulo, Editora 34, 1996, p.105.

O processo de renovação do Centro de São Paulo, que tem hoje como principal iniciativa em andamento o Programa Ação Centro, financiado pelo BID, tem sido profícuo na criação de idéias-força pelos agentes públicos das diferentes gestões municipais. Nós iremos analisar algumas delas, que consideramos as mais relevantes: a) o "acesso" aos (legítimos?) "paulistanos"; b) a necessidade de "foco" territorial para concentração de investimentos; c) a garantia da "diversidade" e mistura social; d) o incentivo aos negócios imobiliários na Nova

Luz, com a demolição da Cracolândia. Ao final, iremos questionar a pertinência ou não de se definir o que seria o chamado "interesse público" na intervenção na região Central, noutras palavras, o que deveria nortear a ação do Estado em direção à construção do "bem comum".

As idéias-força no discurso de renovação do Centro de São Paulo

a) Quem tem direito ao acesso?

Podemos voltar aqui ao aparente paradoxo apontado no primeiro parágrafo desse artigo: quem é o paulistano que precisa voltar ao Centro, como afirma Matarazzo, uma vez que 2,5 milhões de pessoas já passam por ali diariamente? A intencionalidade do discurso não é difícil aqui de ser decifrada: devem ter acesso ao Centro os "sujeitos de tipo certo", isto é "visitantes e usuários solventes" ¹¹, capazes de "alavancar" processos de renovação urbana e valorização econômica de determinadas regiões-alvo da ação pública. No caso paulistano, como foi no norte-americano décadas antes, trata-se de uma "reconquista" ¹² das áreas centrais abandonadas pelas elites.

Num contexto republicano de Estado de Direito, os discursos de agentes públicos não poderiam explicitar a intencionalidade e o sentido dessa substituição de populações, dado seu caráter classista. Por isso, eles adotam estratégias de convencimento por meio de outras ações, cujas conseqüências diretas são de facilitar a atração da população pretendida. Talvez a mais importante delas seja referente à ampliação do acesso ao automóvel particular, por meio de abertura de vias em calçadas de pedestres e a construção de garagens subterrâneas¹³. De acordo com Sanderley Fiusa, diretor do ProCentro e figura central na obtenção do empréstimo do BID, as garagens eram um "foco fundamental" da proposta e deveriam colaborar para o desenvolvimento econômico da região. Segundo Fiusa, não houve resistência por parte do Banco, que emitiu sua pré-aprovação: "o BID gostou muito do projeto" ¹⁴.

Há aqui uma estratégia retórica na qual se evita mencionar diretamente o interesse em jogo para mais facilmente alcançar um consenso em torno da ação: afinal, quem seria contra a ampliação da infra-estrutura local? O que passa a ser defendido, então, é ampliação das estruturas físicas de acesso ao Centro e, em particular, por meio do automóvel – como se este produzisse uma singular independência simbólica em relação ao seu condutor. Trata-se de uma reificação, em que o "sujeito de tipo certo" passa a ser representado pela mercadoria automóvel, que traz dentro de si quem pode pagar para estar no Centro em veículo particular.

Não é necessário mencionar que o custo de se comprar, manter e abastecer um automóvel, acrescido do pagamento da taxa de estacionamento, é elemento definidor da capacidade de solvência do seu proprietário-condutor. O automóvel é o próprio sinal de status e posse e, simultaneamente, veículo que permite o acesso individual. No Brasil, por décadas de políticas de sucateamento do transporte público e de marketing das montadoras, as classes médias urbanas

11 Carlos Vainer, *op.cit.*, p.80.

12 O termo é de Neil Smith, em *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Nova York, Routledge, 1996.

13 O projeto inicial apresentado ao BID na gestão Pitta previa 7 garagens subterrâneas, com um custo de US\$ 47,8 milhões. Na gestão Marta Suplicy, as garagens foram retiradas do escopo do financiamento. Atualmente, elas foram retomadas e estão sendo licitadas a construção e concessão de 9 garagens, fora do financiamento do BID. De acordo com o edital, a empresa ganhadora tem o direito de exploração da garagem por 30 anos e não há valor máximo para a tarifa ao usuário.

14 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 05/04/2007.

se tornaram dependentes do uso do carro, como se este fosse uma extensão de seu corpo, tornando-se verdadeiros "indivíduos-mônadas" que só circulam em espaços nos quais o automóvel possa penetrar¹⁵. Como afirma o gestor atual da política para o Centro à Revista *Veja*: "'*No parking, no business*', costuma dizer Andrea Matarazzo"¹⁶. Nos planos da atual gestão municipal, além das garagens, incluem-se a abertura de sete quilômetros de vias para automóveis cortando os antigos calçadões exclusivos de pedestres, construídos no final da década de 1970.

Mais garagens e mais acesso é uma antiga reivindicação dos empresários locais organizados por meio da Associação Viva o Centro (AVC). No caso da abertura dos calçadões a automóveis, as intenções de substituição de população são ainda mais nítidas. Enquanto as garagens ocupam os subsolos, as vias de pedestres, no solo, são utilizadas por milhões de pessoas. Entretanto, elas representam um suposto entrave ao comércio mais sofisticado, ao qual só se chega motorizado, e que supostamente fortaleceria a dinâmica econômica e arrecadação de impostos na região. Os calçadões também são os espaços da ilegalidade, de ambulantes, pedintes e moradores de rua, população que deve ser invisibilizada e eventualmente removida do Centro. As políticas de combate ao comércio informal e de tolerância zero – implementadas pelas três gestões e reivindicadas pela AVC – colaboram para esvaziar parte do movimento nos calçadões, justificando sua eventual redução. No plano discursivo, é preciso uma cambalhota retórica para provar aos pedestres que são eles os maiores prejudicados com a preservação dos calçadões. Os argumentos são dados pela consultoria do LUME à gestão Serra/Kassab: "as ruas de uso exclusivo de pedestres estão se tornando cada vez mais inviáveis e extremamente problemáticas para os próprios usuários (...) o problema do ambulante seria justamente decorrente da potencialidade dada pelo calçadão"¹⁷.

O embate entre espaços para pedestre e transporte coletivo versus acesso ao automóvel particular, que supostamente ocorre numa esfera técnica de decisões de mobilidade urbana, encobre, na realidade, um corte classista para o acesso e uso do Centro. Além disso, a ampliação da presença de automóveis – aquelas estranhas máquinas de mais de uma tonelada, que utilizam energia não renovável e emitem gás carbônico para transportar pessoas de setenta quilos, na irônica definição de Aziz Ab'Saber – produz conseqüências ambientais negativas, congestão urbana, acidentes e custos sociais de todas as ordens¹⁸, nenhum deles avaliados pelos gestores públicos¹⁹. Atualmente, em diversas cidades, procura-se restringir o acesso dos automóveis às áreas centrais, dado o fato de que se trata da região mais movimentada e servida de transportes públicos. Em Londres, por exemplo, a atual prefeitura instaurou taxas restritivas ao acesso veicular ao centro, como estratégia para descongestionar a área e incentivar o uso dos sistemas coletivos.

Na formatação final do programa, durante a gestão Marta, os investimentos em infra-estrutura de transportes foram dirigidos para os sistemas coletivos, terminais de transferência e corredores de ônibus na rótula e contra-rótula

15 Ver, por exemplo, Tatiana Schor. O automóvel e a cidade de São Paulo : a territorialização do processo de modernização (e de seu colapso). Dissertação de mestrado em geografia, FFLCH-USP, 1999.

16 "Dez idéias para o Centro", Revista *Veja* São Paulo, 16/03/2005.

17 Em Meyer e Grostein (coord.), "Estudo urbano e urbanístico do Vetor Leste do Centro". LUME, FAU-USP, 2007, p.17.

18 Sobre as irracionalidades dessa mercadoria-símbolo do capitalismo, ver o texto de Robert Kurz "Sinal verde para o caos da crise" em *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes, 1997.

19 Na carta ao COFIEX, de 1997, é reconhecido o paradoxo, mas sem avaliar seriamente suas conseqüências: "muitos usuários do Centro preferem utilizar o transporte individual (...) Porém, a crescente cocentração de viagens de automóvel vem causando a saturação de centro urbano e a degradação da qualidade de vida, seja pelos congestionamentos cada dia mais críticos, seja pelos elevados índices de poluição do ar", p.23.

20 Entrevista concedida ao Instituto Pólis, 17/07/2007.

21 A reforma das chamadas Rótula e Contra-Rótula - conjunto de avenidas que circundam o centro - é uma delas. Na versão anterior, seria instalado um corredor de ônibus nessas vias. "Não previram que, em vias como a São Luís, não cabia uma pista exclusiva de ônibus", alegou Biasoto Júnior. "Em Reforma do Parque Dom Pedro é abandonada", O Estado de S. Paulo, 10/09/2006.

22 Segundo a Carta Consultiva ao COFEX, de 1996.

23 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 02/07/2007.

24 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 01/10/2007.

central, articulando os fluxos que cruzam o Centro, dentro do projeto mais amplo de interligação de transportes com bilhete único. Segundo Silvana Zioni, da Secretaria de Transportes na gestão Marta, pensou-se a questão do acesso "de maneira menos privatista do que como o tema vinha sendo tratado". Contudo, afirma ela, ainda "foram mantidas as demandas por novas garagens e a discussão sobre a permanência dos calçadões"²⁰. O projeto de corredores de ônibus e de terminais de transferência foi cancelado pela gestão Serra/Kassab com a alegação de inviabilidade técnica²¹, refutada por Silvana Zioni.

No caso da disputa pelo acesso ao Centro e seus meios, parece não ser difícil caracterizar o interesse público. Mesmo que na gestão Marta tenha prevalecido a defesa do transporte coletivo, não houve, entretanto, capacidade da estrutura administrativa estável em garantir a prevalência do interesse público diante das diretrizes da nova gestão. Voltaremos a isso ao final desse artigo.

b) Foco e concentração de investimentos

O projeto original de renovação da área central apresentado e pré-aprovado pelo BID na gestão Pitta tinha um foco muito claro: 91% dos investimentos em obras concentradas nos distritos Sé e República, sendo as principais, sete garagens subterrâneas²². A gestão petista propôs a substituição completa do projeto original, e apresentou o programa "Reconstruir o Centro", que articulava demandas de diversas secretarias para a área da Regional da Sé, incluindo o cinturão de bairros mais populares ao redor do Centro antigo, num total de 30 quilômetros quadrados. A principal crítica do BID ao novo projeto, segundo diversos depoimentos, era a "falta de foco" - crítica também da AVC, que exigia a concentração nos distritos Sé e República, que somam apenas 4,4 quilômetros quadrados. Segundo o Banco, a dispersão diminuiria a visibilidade das intervenções e a capacidade de induzir o ciclo de investimentos necessários à renovação do Centro. Mais uma estratégia discursiva para alcançar o consenso: quem poderia ser contra a existência de "foco" nos investimentos para que não sejam desperdiçados?

Clara Ant, administradora regional da Sé, presidente do Procentro e coordenadora do "Reconstruir o Centro", acabou recuando da proposta original: "eu achava a [crítica] pertinente. [Nosso projeto] tinha a tônica de dispersão (...) Do jeito que eles [BID] apontavam seria melhor"²³. A arquiteta Sarah Feldman, que participou do "Reconstruir o Centro", justifica a dispersão dos investimentos na área de 30 quilômetros quadrados: "Centro e bairros centrais tem que ser tratados de forma conjunta (...) Pra mim, foco não é só território. Poderia haver foco em determinadas ações e elas poderiam estar dispersas no território"²⁴. Esse foi, por exemplo, o modelo de intervenção das mil praças em Barcelona, conduzidos por Oriol Bohigas nos anos 1980. Ainda, segundo Sarah, o investimento do BID poderia ser uma estratégia para fortalecer o papel da futura Subprefeitura Sé. Entretanto, a eleição de apenas uma parte de seu território (14,6%) como foco dos investimentos abalava a própria capacidade da Subprefeitura de agir com certa isonomia em seu território.

Em tese, a dispersão de investimentos, realizados segundo diretrizes claras, tem a capacidade de uniformizar certa qualidade urbana pelo território, reduzindo as diferenças entre infra-estruturas e equipamentos públicos nos diversos distritos – o que é um princípio democrático. A concentração de investimento elege áreas prioritárias que irão, por isso, diferenciar-se das demais, num ciclo de investimento e reinvestimento, de modo a ampliar seu valor imobiliário e, por consequência, alterar o tipo de população que ali trabalha, consome e habita²⁵.

É isso que pleiteiam a AVC, o BID e as administrações pró-mercado, segundo o depoimento de diversos gestores entrevistados – mas, novamente, algo que não pode ser mencionado diretamente, dado seu caráter particularista. O discurso encontra novamente um subterfúgio retórico, repetindo o senso-comum da necessidade de foco na ação pública. Helena Mena Barreto, coordenadora do programa Morar no Centro na gestão Marta, reconhece que o apelo ao foco é apenas uma estratégia discursiva para que se concentre investimentos: "qual agência financiadora não quer dar visibilidade para o resultado?". Além disso, o BID mede o sucesso da intervenção por meio de indicadores de "valorização imobiliária e aumento de receitas públicas", afirma Helena, que participou intensamente das negociações com o Banco²⁶.

No impasse gerado no primeiro ano da gestão petista houve um confronto entre o "poder de autoridade", no termo de Bourdieu, dos enunciadores das diferentes possibilidades de renovação da área central. Segundo Sarah Feldman, o PT pouco tinha elaborado programaticamente a questão dos centros urbanos, pois construiu ao longo da sua trajetória política e administrativa um pensamento dirigido a políticas públicas nas periferias. Ou seja, o Partido estava dividido e inseguro em relação ao que fazer. Enquanto isso, a Associação Viva o Centro, que reúne os empresários locais, acumulava "capital simbólico", por meio de revistas, projetos, conferências, ações locais e projeção na mídia, como a entidade mais preparada para formular propostas para o Centro da cidade.

Essa diferença de capital simbólico entre a AVC e a gestora pública fez com que o plano petista para o Centro fosse descartado e Clara Ant demitida. No embate com a AVC, vitoriosa, a Subprefeitura, ao contrário de se fortalecer, seguia apenas como mantenedora do espaço público, em papel politicamente "infantilizado", segundo Sarah Feldman.

A urbanista Nádia Somekh assume, então, a presidência da Emurb, com a incumbência de coordenar o novo plano "focalizado" nos distritos Sé/República. Como publicamente não poderia reconhecer a ingerência da AVC e mesmo do BID na definição da área de intervenção do programa, Nádia solicita uma pesquisa de opinião para que a população definisse o que entende por Centro da cidade. O resultado foi que "a população tinha no imaginário como Centro os distritos Sé e República", o que justificaria, então, a focalização²⁷.

O resultado não é surpreendente. O urbanista Flávio Villaça já explicara que os mecanismos ideológicos pelos quais a elite universaliza seus interesses

25 Alguns dos indicadores solicitados pelo BID e incluídos no Marco Lógico do programa não deixam dúvidas: "Renda familiar maior ou igual à renda familiar do município"; "Variação do valor lançado de ISS/ITBI/ICMS na área do projeto igual ou maior que o do restante da cidade"; "Variação no valor de mercado dos imóveis residenciais e não residenciais maior ou igual ao do restante do município, a partir do segundo ano de execução"; "Variação da arrecadação do ICMS e ISS, por setor, maior ou igual ao restante da cidade".

26 Entrevista ao autor em 10/06/2004. Em diversos documentos e financiamentos do BID e do Banco Mundial é apresentada como central a exigência de foco, credibilidade (diante do setor privado) e retorno financeiro dos investimentos, como já demonstrei em minha pesquisa de mestrado.

27 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 16/08/2007.

28 Em O Espaço Intra-Urbano, op.cit., p. 344.

particulares têm aplicações no espaço urbano, com formulações próprias. Por exemplo, "constitui-se na tendência de fazer passar a *cidade* [ou o Centro] como aquela *parte da cidade* que é de interesse da classe dominante" ²⁸. A pesquisa de opinião, nesses termos, pode não ser mais que um teste para aferir a capacidade da classe dominante de construir no imaginário coletivo o consenso em torno dos seus interesses.

Segundo Nádia, para que a gestão petista não perdesse a oportunidade do empréstimo do BID, "não coloquei nenhuma abordagem crítica, eu achei que esse era o momento de utilizar esse financiamento pra formar uma opinião pública que levasse a um clima de confiança e de investimento na área central". A nova coordenadora não teve receios em assumir o vocabulário internacional de gestão urbana calcado em modelos empresarias, como se vê na entrevista concedida ao Polis, ao falar em: "clima de confiança", "alavancar novos investimentos", "alavancar recursos humanos e sociais", "foco", "governança", "agência de desenvolvimento", "gestão compartilhada", etc. Assim, parte da batalha discursiva estava ganha pelo BID e pela AVC.

A gestão petista, contudo, introduziu duas questões novas, mas que não deixam também de constar nas agendas das agências multilaterais, a da "inclusão" e a da "diversidade" social, definições que passam a constar no Marco Lógico do financiamento, como veremos no próximo item.

É importante mencionar que a gestão Serra/Kassab voltou a utilizar o argumento do "foco" versus dispersão para fazer alterações no programa, com mais da metade dos projetos cancelados. Segundo Matarazzo, "havia uma pulverização de recursos muito grande". O vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), Geraldo Biasoto Júnior, afirma que a revisão concentrou o investimento no que ele chama de "vetor oeste", que vai da Luz à Praça Roosevelt²⁹. Voltaremos a esse tópico no item d.

29 Ambos os depoimentos em "Reforma do Parque D.Pedro é abandonada", O Estado de S.Paulo, 10/9/2006.

c) Diversidade e mistura social

Apesar de parcialmente seduzida pela possibilidade de renovação, embelezamento e gentrificação do Centro de São Paulo, a gestão petista (2001-2004) viveu um embate interno sobre a expulsão da população mais pobre³⁰. Depois de um braço de ferro entre a ala pró-substituição de populações, encabeçada pelo presidente da Emurb que antecedeu Nádia, Maurício Faria, e o grupo que estava mais próximo aos movimentos populares, nas Secretarias de Habitação e de Assistência Social, foram introduzidos no programa diversas iniciativas que caracterizam o chamado "componente social" ³¹ – quase meia centena de ações diversificadas com o objetivo de inclusão social.

O que nos interessa neste artigo será mais especificamente a defesa que a gestão petista passou a fazer da "diversidade social" na área central, definida no Marco Lógico (espécie de DNA do programa) nos seguintes termos: "promover o desenvolvimento social e econômico, com diversidade"; "reverter a desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial, com diversidade".

30 Segundo Helena Mena Barreto, somente ao final da gestão, quando o programa já estava formatado, que a prefeita Marta Suplicy assume uma posição contrária a gentrificação. Até então apenas a Sehab se preocupava com a questão. Entrevista concedida ao Instituto Polis em 29/03/2007.

31 O reconhecimento por parte do BID de que o novo projeto possuía um importante componente social permitiu à Prefeitura reduzir a contrapartida de 50% para 40% do total de recursos.

O discurso da diversidade, como veremos, é carregado de ambigüidades, e, por isso mesmo, um poderoso produtor de consensos. Foi capaz de unificar a divisão interna na administração petista, por ser uma bandeira incontestável. Diversidade tanto serve de palavra de ordem para os contrários à gentrificação, no sentido de permanência de uma população de baixa renda com a implementação de programas habitacionais, quanto pode ser o mote para atrair populações com rendas mais altas, uma vez que o Centro "não esvaziou, mas popularizou", na definição de Nádia Somekh³². Ou seja, para quem entende que o Centro vai atrair moradores de renda média, a diversidade social é argumento para manter políticas de habitação social, para quem entende que o Centro é popular, é argumento para trazer as classes médias.

Essa convergência discursiva permite que gestores de diferentes espectros políticos defendam a mistura social como situação urbana desejável – a mixité social na cidade tornou-se um tema consensual, sobretudo na Europa³³. Essa convergência vocabular faz com que a coordenadora do Ação Centro na gestão Marta pareça dizer o mesmo que o atual coordenador do programa, Andrea Matarazzo. Nadia Somekh, afirma que "deixemos a classe média se instalar, porque no mundo inteiro pode misturar e isso que é importante na cidade, a não estratificação, a não guetificação, a não segregação"³⁴. Por sua vez, afirma Matarazzo: "Assim como em toda a cidade, é preciso ter diversidade – a região central não é para ser só para ricos ou só para pobres, a diversidade é o que caracteriza o lugar"³⁵.

A idéia de mistura e composição de interesses também está presente no cenário "integrado" aprovado para o financiamento do BID, com "um pouco de tudo", e que foi considerado para o projeto, incluindo "simultaneamente as dinâmicas dos setores negócios, cultura, habitação para todas as classes de renda e infra-estrutura"³⁶. A idéia de bom-senso mediano está, deste modo, embasando o discurso da diversidade. Como o cenário integrado, de mistura de usos e classes é o que fornece "maior taxa de retorno" ao investimento financeiro³⁷, os números conferem autoridade mesmo onde o enunciado é incerto.

A ideologia da "mixité social" como princípio organizador da sociedade e da cidade (por oposição à segregação social, espacial e funcional) é difícil de ser contestada. Entretanto, ela naturaliza e toma como dadas as diferenças sociais, produzindo aquele esquecimento sobre as causas e conflitos, necessário aos consensos, e que já mencionamos anteriormente. Segundo Yankel Fijalkow e Marco Oberti, que estudam o caso de Paris, "há um consenso, ao menos na declaração de apoio a certos projetos de lei, que parece abarcar da esquerda à direita sobre a necessidade de se manter a mistura social, ao menos de lutar contra a segregação".

No caso francês, a diversidade residencial em determinados bairros foi obtida graças a uma contínua política pública de implantação de conjuntos habitacionais em toda a cidade, própria ao Estado de Bem-Estar Social. Mas, na França, a diversidade não foi apenas uma política residencial, mas social e em diversos níveis,

32 Entrevista ao autor em 10/05/2004.

33 Marie-Helene Bacque e Patrick Simon, "De la mixité comme idéal et comme politique", in Paris : les vrais enjeux d'une campagne. Revista Mouvements, n.13, janeiro de 2001, p.22. Afirmando os autores: "Qual força política progressista pode reivindicar a instauração de um desenvolvimento separado dos grupos sociais e étnicos?"

34 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 16/08/2007.

35 Entrevista a AVC, Revista URBS, ano X, n. 40, março / abril 2006.

36 Documento "Ajuda-memória" ao Programa de reabilitação da área central, janeiro de 2003.

37 Segundo cálculos do consultor do BID, apresentados no "Relatório final" do Programa de reabilitação da área central, Procentro, 2003.

graças ao serviço público universal e de qualidade em educação, saúde, cultura, lazer etc, o que permite a existência espaços multiclassistas mais democráticos.

No Brasil, o que seria mistura social num país que não construiu um Estado de Bem-Estar e que vive o "desmanche" das políticas de desenvolvimento? Ou ainda, o que seria a mixité numa sociedade caracterizada pela segregação secular cuja herança é o escravismo? Florestan Fernandes afirma, por exemplo, que existe no Brasil um padrão de dominação que produz uma distorção no modelo (europeu) de luta de classes: aqui ela passa a se dar em termos de apartheid e assume a característica de guerra étnica, de extermínio (como numa "balcanização") entre possuidores e não-possuidores³⁸. Estruturalmente prevalece um padrão histórico de segregação entre as classes sociais, o que impediria a democrática convivência das classes no espaço urbano.

38 Ver Florestan Fernandes. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Mesmo para o caso francês, Fijalkow e Oberti propõem uma questão provocativa: "está a classe média disposta realmente co-habitar com as classes populares e imigrantes?" (...) "Quem sustenta, afinal a mixité?". Segundo os autores, se olharmos de perto as práticas dos grupos sociais, constataremos que "a proximidade territorial se traduz raramente por proximidade social". Políticas de mixité, ao contrário do que pode parecer – como uma proposta urbana de caráter liberal – exigem processos de regulação e intervenções públicas fortes e permanentes, inclusive uma intervenção pública sobre o parque habitacional privado, que só ocorreram em contextos de Welfare.

Noutro texto que analisa o paradigma francês de mixité, Bacqué e Simon afirmam que, mais recentemente, em Paris, "as políticas de mixité consistiram em introduzir as camadas médias e superiores em bairros majoritariamente populares". Segundo eles, "o discurso da mixité legitimou a reconquista de territórios populares pelas camadas médias e superiores, fragilizando as formas de resistência coletiva que não puderam colocar eficazmente seu contra-projeto". Nesse sentido, a mixité surge como situação transitória num processo de substituição de populações, dada a dificuldade de sua permanência no tempo como estrutura social e espacial estável.

Se, mesmo na França, país que construiu um dos mais fortes Estados de Bem-Estar Social, a mixité como modelo de organização da sociedade parece uma possibilidade cada vez mais remota, sua transformação em bandeira da ação pública no Brasil encobre os reais interesses em jogo. A orientação segregacionista dos grupos sociais no espaço residencial (pois, mesmo próximos, muros e guaritas serão erguidos) não permitirá que se criem condições de uma verdadeira mistura e, na maioria dos casos, reforça as estratégias de distinção para evitar a assimilação às classes populares. Como afirmam os autores, "longe de reduzir as distâncias sociais, a mixité programada constrói barreiras, atiza antagonismos, generaliza condutas de preconceito também no espaço público e nas escolas".

Se atravessarmos a nuvem de fumaça do discurso da "mistura social", encontraremos a batalha real que está sendo travada: a da fixação das camadas populares na área central. O componente habitacional foi um ponto

de dissenso entre parcela da gestão petista, os técnicos do BID e lobistas da AVC. Eram questionados os investimentos em habitação social, sobretudo na modalidade de locação social, que atingiria a população de mais baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos, e que representa a maior parte do déficit habitacional), não contemplada nos programas da CDHU e da Caixa Econômica para rendas acima de 3 salários mínimos. O componente habitacional foi quase integralmente cancelado, sem justificativas públicas, no final da gestão Marta e pela nova gestão³⁹.

Rovena Negreiros, afirma que a re-alocação de recursos num programa é comum e que "a Marta já havia excluído algumas ações, inclusive de habitação"⁴⁰. O fato, que está registrado no "Relatório de progresso número 1", redigido ao final da gestão Marta, é negado por Nádia Somekh: "O que a Rovena falou sobre programas de moradia terem sido tirados já no final da gestão Marta é mentira"⁴¹. Já Matarazzo considerou suficiente afirmar que estes projetos eram "equivocados". Segundo ele, havia "a idéia de fazer só moradia de baixa renda. O centro pede uma visão multiuso (...) É melhor isso [cancelar] do que executar projetos equivocados"⁴². Marco Antonio Almeida faz coro, segundo matéria na Revista do IPHAN, "o presidente executivo da Associação Viva o Centro (AVC) não vê esse caráter excludente na revitalização: 'Não se trata de obrigar ninguém a sair do centro, mas também não se deve incentivar a vinda deles (população pobre)', defende"⁴³.

d) Nova Luz na Cracolândia

Ao ser empossada, a gestão Serra realiza uma revisão completa do programa Ação Centro sob duas alegações: a já mencionada falta de foco, com escolha de ações "equivocadas"; e a variação cambial de 62%, de 1 dólar para 3,50 reais no momento da formatação do contrato para 1 dólar para 2,2 reais no início de 2005, o que exigia que diversas ações fossem cortadas⁴⁴. Não casualmente foram cancelados, revistos ou reduzidos os investimentos em habitação social, transporte público e programas da assistência social e da Secretaria do Trabalho: todos que atingiam diretamente a população de mais baixa renda⁴⁵.

A nova gestão deixa de mencionar em seus raros documentos e pronunciamentos públicos o tema da "inclusão social", presente no discurso petista sobre o Centro. A nova palavra de ordem passa a ser a renovação da região de Santa Ifigênia, conhecida como "Cracolândia", por meio do projeto "Nova Luz" – que é incluído no programa Ação Centro, recebendo um investimento de 100 milhões de reais (cerca de 55 milhões de dólares, no câmbio atual), ou o equivalente a 33% do total de recursos envolvidos no programa⁴⁶. Está, assim, definitivamente escolhido o "foco" da intervenção financiada pelo BID – e a escolha não é casual.

A região da Luz concentra os interesses de um mesmo grupo político (parcela do antigo MDB e atual PSDB) desde o início dos anos 1980, quando foi formulado o projeto Luz Cultural, na gestão estadual de Franco Montoro⁴⁷. O Luz Cultural

39 Dos 18 empreendimentos habitacionais previstos, 2 foram concluídos na gestão Marta e tiveram despesas reconhecidas pelo BID. Outros 8 projetos foram cancelados na própria gestão Marta, de acordo com o relatório de progresso n.1, de dezembro de 2004. Na gestão Serra/Kassab, 4 projetos foram cancelados, 1 deixou de ser reconhecido pelo BID e outros 3 foram realizados fora do financiamento.

40 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 02/04/2007.

41 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 17/04/2007.

42 Em "Reforma do Parque D.Pedro é abandonada", O Estado de S.Paulo, 10/9/2006.

43 Em Sérgio Mattos, "Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização", 04/10/2005. <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=91>, acessado em novembro de 2007.

44 A irracionalidade econômica dos financiamentos em moeda estrangeira para políticas públicas que só utilizam moeda local, com complicações micro e macroeconômicas é amplamente discutida em minha dissertação de mestrado. Pedro Arantes, "Crítica à razão do tomador" em O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação de mestrado, FAU-USP, 2004.

45 Foram também feitas alterações nos projetos de drenagem urbana e o cancelamento da reforma do Parque D.Pedro, no vetor-leste (mais popular) de expansão do Centro, entre outras medidas.

46 Segundo Rubens Chamas, atual presidente da Emurb, "Os investimentos públicos na Nova Luz são da ordem de 100 milhões de reais, sendo 70% do BID e 30% da Prefeitura". Entrevista concedida ao Instituto Polis em 01/08/2007.

47 Ver a reconstituição das intervenções e projetos na região da Luz em Beatriz Kara José. Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do Centro de São Paulo, 1975-2000. São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 2007.

48 A urbanista que coordenava o projeto, Regina Meyer, se tornaria na década seguinte consultora da Associação Viva o Centro, fornecendo os argumentos técnicos para as estratégias de pressão sobre o poder público. Atualmente é consultora da gestão Serra/Kassab para renovação do Centro.

49 São elas: reforma da Pinacoteca; transformação do Parque da Luz em Jardim das Esculturas; restauração do museu de Arte Sacra; reconversão da estação Julio Prestes na Sala São Paulo; instalação da Secretaria de Cultura na Julio Prestes; reconversão do antigo DOPS em Centro Cultural e Universidade Livre de Música; utilização de parte da estação da Luz para o Museu da Língua Brasileira; e reabilitação de patrimônio histórico da Luz e Bom Retiro (Monumental-BID). Em *"Arte ajuda a revitalizar o centro de São Paulo"*, O Estado de S.Paulo, 25/07/99, o governo afirma ter investido até aquele momento ao menos R\$100 milhões nessas obras, o que equivaleria em valores atuais a cerca de R\$160 milhões.

50 Mike Davis, *Cidade de Quartzo*. São Paulo, Scritta, 1997.

51 Apud Beatriz Kara José, op.cit. p.250.

52 *"Notas sobre a Sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura"*, Revista POS, FAU-USP, n.9, pp.192-209.

53 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 02/04/07.

54 Lei 14.096/05. A isenção de INSS e ICMS pode chegar a créditos de mais de R\$2 bilhões, segundo o Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas (Pro-Urbe), do governo do Estado. Em *"Serra libera uso de crédito do ICMS para recuperação de áreas urbanas"*, O Estado de S.Paulo, 15/09/07. A lei de incentivos seletivos já havia sido criada pela gestão Marta (Lei 13.469/03), e foi aprofundada pela gestão atual.

55 Gilberto Dimenstein em *"Uma maravilhosa agulhada na 'Cracolândia'"*. Folha de S.Paulo, 15/11/06.

56 Marshall Berman. "Notas sobre a modernidade em NY", in *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

foi o primeiro projeto de renovação urbana que pretendia gerar uma indução de valorização imobiliária e mudança de imagem por meio de investimentos culturais – seguindo o modelo do Greenwich Village de Nova York⁴⁸. Na década de 1990, já sob a iniciativa da Associação Viva o Centro, que fornecia grande parte dos projetos e do discurso da reabilitação, as administrações estaduais comandadas pelo PSDB injetaram recursos na Luz por meio de quase uma dezena de intervenções, as chamadas "âncoras culturais"⁴⁹.

O objetivo dessas "âncoras" era criar condições favoráveis para desencadear um ciclo de investimentos privados, por meio da valorização imobiliária imediata do entorno ou simplesmente atraindo um novo público à região. Os investimentos em cultura não apenas colaboram para "fertilizar a propriedade imobiliária", na expressão de Mike Davis⁵⁰, como têm a vantagem de aparecerem como "apolíticos" e "universais" – o que facilita a criação de consensos. Segundo Rosalyn Deutsche, trata-se de um modelo de intervenção na cidade que tem "uma ideologia estética segundo a qual arte e arquitetura transcendem as relações sociais (...)", uma "concepção que sanciona o papel da arte no ambiente urbano como essencialmente benéfico"⁵¹.

Mas os investimentos culturais, mesmo concentrados, não foram suficientes para criar o círculo virtuoso de renovação urbana. Apesar dos acordos da "Ressureição", de Mahler, serem ouvidos na Sala São Paulo⁵², a Cracolândia seguia incapaz de atrair o interesse do mercado imobiliário. Com a conquista da Prefeitura de São Paulo pelo grupo político do PSDB, que há vinte anos não ocupava o cargo, tornava-se possível uma ação mais direta na área. Segundo Rovena Negreiros, Superintendente de análise de projetos da Emurb, "os investimentos de patrimônio [âncoras culturais] não foram suficientes para alterar ou surtir efeito internamente à área. Com base nisso, essa administração achou que precisava fazer uma intervenção de fato nesta área"⁵³.

Em setembro de 2005, no segundo semestre da gestão Serra, dez quarteirões da chamada Cracolândia são declarados de "utilidade pública" para demolição completa, sem que o decreto justificasse o motivo oficial, para além da finalidade de renovação urbana. O mercado imobiliário, por meio do Secovi, contrata o urbanista Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná, para realizar um projeto de remodelação da área. Ao mesmo tempo, são realizadas blitz policiais e aprovados agressivos incentivos fiscais para atrair novos investidores, com redução de 50% no IPTU, 60% no ISS, além de 80% do investimento no imóvel obtido com outras isenções⁵⁴ – criando uma espécie de "mini paraíso fiscal" intra-urbano⁵⁵.

O desafio, do ponto de vista do discurso público, passaria a ser a construção de um novo consenso, não mais em torno da cultura, mas da transformação de uma região degradada em um bairro moderno. Quem poderia ser "contra o progresso", como ironiza Marshall Berman a respeito do "arrasa-quarteirão" Robert Moses?⁵⁶

Em documento oficial da prefeitura, a Cracolândia é apresentada como verdadeira "mancha negra que irradia degradação" e, por isso, será transformada em novo bairro de tecnologia de informação e cultura, com "modernos projetos imobiliários" ⁵⁷. Segundo Andrea Matarazzo, a Cracolândia deve ser posta abaixo porque é "apenas um antro que atrapalha o funcionamento da cidade" ⁵⁸.

Na construção de consensos os formadores de opinião da mídia colaboram quando necessário. Na coluna de Gilberto Dimenstein, por exemplo, lê-se que é preciso "colocar uma 'agulha' na infeccionada 'Cracolândia', (...) um plano para fazer daquele bairro uma espécie de incubadora de artistas e de empresas de tecnologia da informação" ⁵⁹. No Jornal Valor, lê-se que "as imagens de maltrapilhos fumando crack nas calçadas ou as figuras quase bestiais envoltas em cobertores imundos" ocupam indevidamente "uma área que já foi um dos maiores símbolos da riqueza cafeeira do início do século passado". Por isso, o prefeito José Serra decidiu "fazer com que a região da Luz fosse para São Paulo (...) o que foi Puerto Madero para Buenos Aires" ⁶⁰.

Na Revista Veja, afirma-se que "A solução é derrubar":

"Nos últimos anos, os governos da capital e do estado de São Paulo recuperaram muitos monumentos do centro, como a Estação da Luz, a Pinacoteca e a Sala São Paulo, usada para concertos de música erudita. Nenhuma dessas medidas interrompeu a degradação do centro, que, sem alternativa econômica, continuou sendo um reduto de pobreza. A ruína do centro paulistano é tamanha que só há uma maneira de resolver o problema: a demolição pura e simples de boa parte dele. O prefeito José Serra já tomou essa iniciativa em relação ao pedaço mais degradado, a Cracolândia. A região engloba dez quarteirões distribuídos em 150.000 metros quadrados próximos à Estação da Luz. Como avisa o nome, é reduto de traficantes e viciados, prostitutas e ladrões, obviamente. A área será desapropriada e, em seguida, leiloada a empresas interessadas em se instalar no centro. Todos os 850 imóveis desses quarteirões poderão ser demolidos, nenhum deles, registre-se, de valor histórico." ⁶¹

A estigmatização da região no plano discursivo (a produção da "consciência de crise", como vimos) é importante igualmente para o bom andamento dos negócios vindouros. A estratégia de marketing e o lançamento da logo-marca "Nova Luz" (leia-se: luz sobre as trevas da Cracolândia) deixam a vista que se trata de uma intervenção urbana pró-mercado, ou de uma incorporação imobiliária em grande escala, ancorada pelo poder público. Não há oportunidade imobiliária mais rentável do que a transformação de uma área completamente degradada, na qual a renda diferencial aproxima-se a zero, em um bairro modernizado, servido por equipamentos culturais de primeira ordem e abastecido por investimentos públicos e isenções fiscais. Foi justamente o tráfico e a prostituição que produziram uma baixa no valor dos imóveis, que passarão a ser desapropriados ou negociados no seu valor mais baixo de mercado, permitindo aos investidores obter o maior *rent gap* de valorização diferencial ⁶².

57 "O futuro da Nova Luz já começou", Secretaria de Municipal de Coordenação das Subprefeituras, 29/10/2007. <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/subprefeituras/2007/10/0024>. Acessado em novembro de 2007.

58 "A solução é derrubar", Revista Veja, 08/01/2006.

59 "Uma maravilhosa agulhada na 'Cracolândia'", Folha de S.Paulo, 15/11/2006.

60 "Nova Luz em 'banho-maria'", Jornal Valor Econômico, 13/08/2007.

61 "A solução é derrubar", Revista Veja, 08/01/2006.

62 Ver a análise de *rent gap* nas intervenções urbanas em Nova York em Neil Smith, op. cit.

63 Em "Nova Luz em 'banho-maria'", *Jornal Valor Econômico*, 13/08/2007.

Para os "pioneiros", na expressão de Neil Smith, que aceitem o risco de serem os primeiros ali a investir, o ganho em renda diferencial da terra poderá ser elevadíssimo. Como afirma um dos principais empresários interessados na operação, Paulo Melo, diretor de contratos da Odebrecht. "Estamos interessados no projeto, mas uma coisa eles [da Prefeitura] precisam entender: das empresas eles não conseguirão filantropia, nós estamos interessados no negócio", afirma o executivo⁶³.

A prefeitura, entretanto, abdicou de qualquer proposta urbanística mais generosa (civilizatória?) para a área – mesmo o projeto de Lerner foi descartado –, deixando o mercado, dentro da legislação existente, definir no varejo o padrão de urbanização que lhe é de interesse. O resultado, como se vê nos projetos já divulgados pela Prefeitura, é um território fragmentado por prédios monofuncionais, isolados e de gosto duvidoso. Há uma prevalência da mentalidade do corretor imobiliário sobre a do urbanista, o que pode ser explicado, em parte, pela gestão Kassab estar ligada a esse grupo de interesse.

O novo presidente da Emurb e também corretor de imóveis, Rubens Chamas, acredita que "o mercado vê de maneira positiva a intervenção e [a desapropriação] dá a segurança de que a ação não é para brincadeira"⁶⁴. Segundo ele, o BID empresta grife à operação: "Em reuniões na Bolsa de Valores, dizer que o BID faz parte do projeto é sempre importante".

O Banco aceitou o cancelamento de diversos projetos do programa (quase todos associados ao componente social) e viu com bons olhos a concentração de investimentos na região da Luz, onde mantém outro programa, o Monumenta⁶⁵. Segundo Aderbal Curvelo, do BID, o Banco deve ser maleável aos "desejos da nova administração" e considera que as alterações "não alteram os objetivos do programa"⁶⁶.

O que é e quem defende o "interesse público"?

Como vimos, as palavras de ordem e a prática discursiva dos gestores públicos procuram construir consensos para legitimar as intervenções urbanas. Muitas vezes, tornam-se indissociáveis da própria ideologia dominante, ou seja, das classes dominantes e do mercado. Em geral, estão embasadas por uma razão instrumental, que avalia a adequação entre meios e fins, evitando colocar em debate o significado próprio do fim almejado. Há uma espécie de discurso lacunar, no qual as razões objetivas, que definem o sentido efetivo das ações, do ponto de vista ético e político, não são explicitadas. A questão que formulamos é se seria possível caracterizar o real "interesse público" na requalificação da área central – uma vez que nenhum dos gestores entrevistados organiza seu discurso procurando definir qual seria esse interesse público e os meios para garanti-lo.

No debate que ocorre no campo do direito, questiona-se a legitimidade da existência de um interesse público acima dos demais ou mesmo se ele poderia ser de fato caracterizado. Nas interpretações mais liberais, interesse público

64 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 01/08/2007.

65 Neste último caso, analisado por Beatriz Kara José, em *op.cit.*, as afinidades eletivas entre a renovação da área entre PSDB, AVC e BID estão expressas em documentos do Banco. Ao assumir intervenções no patrimônio como estratégia de substituição de populações, o BID afirma que "a reabilitação de distritos históricos com sucesso atraem novos residentes e atividades econômicas que estimulam o aumento de preços de terrenos e edifícios (...) a gentrificação gera atrativos positivos, contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do esforço de preservação", citado na p.155. Além disso, o principal critério adotado pelo BID num programa de preservação de patrimônio passou a ser o de potencial de valorização imobiliária e de retorno financeiro à administração pública. Ver especialmente pp 228 a 234.

66 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 02/07/2007.

seria o mesmo que a soma dos interesses individuais privados. Como afirma Rancière, "a lógica consensual proclama a identidade entre o Estado de direito e o direito dos indivíduos" ⁶⁷.

67 Rancière, op. cit. ,p.110.

Entretanto, quando se reconhece que os interesses privados não são harmônicos e convergentes, pelo contrário, o interesse público deve surgir como instrumento de compensação entre desiguais e na construção de equilíbrios. Diante da constatação da desigualdade existente no campo das relações privadas, o poder público deve intervir, segundo Daniel Sarmiento, na proteção dos mais débeis, na consagração dos direitos sociais, e na garantia de um "mínimo existencial" a todos os cidadãos ⁶⁸.

68 Daniel Sarmiento, "Interesses públicos vs. Interesses privados na perspectiva da teoria e da filosofia constitucional", in *Interesses públicos versus Interesses Privados*. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2007, p.72.

Segundo Paulo Schier, o interesse público deveria legitimar-se "a partir da proteção de um núcleo de direitos fundamentais (...) no caso da Constituição brasileira, a dignidade da pessoa humana". A Constituição Federal de 1988 proclama que o objetivo da ordem econômica é "assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social" (Art. 170). Como afirma Daniel Sarmiento, "na Constituição a igualdade não é só um limite, mas antes uma meta a ser perseguida pelo Estado, justificadora de enérgicas políticas públicas de cunho redistributivo, que podem gerar forte impacto sobre os direitos patrimoniais dos particulares" ⁶⁹.

69 Daniel Sarmiento, op.cit., p.71

Como mencionamos anteriormente, segundo Pierre Bourdieu, o campo político só é decifrado na medida em que se pode definir o universo do que é "dizível ou indizível, pensável ou impensável". No nosso caso, um dos temas impronunciáveis pelos gestores públicos é o conflito entre bem comum e propriedade privada. Nos distritos Sé e República, por exemplo, 26,8% e 22,7% de imóveis, respectivamente, encontram-se desocupados ⁷⁰. Dado 103% superior a já alta taxa média de vacância da cidade (11,8%). Nenhum dos gestores públicos entrevistados pelo Instituto Polis e pela mídia, ou em documentos oficiais informaram sobre essa questão ou manifestam a intenções em relação à transformação dessa situação. Se considerarmos que a região central é a mais bem servida de serviços e equipamentos públicos, concentra empregos e possui enorme demanda por habitação, essa é uma informação relevante de disfuncionalidade urbana e desigualdade social que exigiria iniciativa dos gestores, tanto no campo dos discursos quanto das práticas.

70 Censo de 2000, IBGE.

Não custa lembrar que na Constituição Federal, em seus artigos que definem os princípios e direitos fundamentais, nos quais o interesse público deve se basear, podemos ler que: é preciso garantir a dignidade da pessoa humana (art. 1º); construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 2º); erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 2º); promover o bem de todos (art. 2º); garantir a função social da propriedade (art. 5º); garantir direitos sociais, incluído o de moradia, trabalho e assistência aos desamparados (art. 6º).

Nas declarações e documentos analisados para este artigo, em nenhum momento pode ser verificada a utilização de princípios e direitos constitucionais

para embasar e qualificar a ação pública. A dissociação entre os objetivos do programa e a clara definição dos princípios de interesse público que norteariam as ações, permite alterações importantes no conteúdo do programa, com o cancelamento e modificação de grande parte do componente social e sua substituição por investimentos concentrados de interesse do mercado, sem que fossem questionados pelos agentes envolvidos.

Mais que isso, a modelagem do programa estabelece um modo de operação do poder público que contraria o monopólio de poder decisório por parte do Estado. Como afirma Floriano Marques Neto, "assiste-se ao processo de privatização do público por meio da substituição do Estado enquanto definidor dos interesses gerais por grupos ou corporações, as quais, naturalmente, enredam-se, tangidas pelos interesses privados de seus membros" ⁷¹.

Esse é o caso não apenas da ação da Viva o Centro, mas também do crescente poder das gerenciadoras privadas sobre as políticas públicas, por meio de incentivo do próprio BID⁷². No caso da AVC, que representa o interesse dos grandes proprietários imobiliários da região, por exemplo, a associação chegou a estar dentro do ProCentro e realizar os primeiros projetos de renovação, como afirma Sanderley Fiusa ⁷³. Segundo Helena Mena Barreto, "a AVC de fato mandava lá dentro". Em cada decisão, "a AVC teve peso forte", afirmou Sarah Feldman. Andrea Matarazzo afirma que "a coordenação e o papel da Viva o Centro, ao meu ver, são vitais, pois é uma entidade que não depende em nada do poder público, nunca pede recursos, pelo contrário, tem nos estimulado a agir e nos oferecido soluções". Um dos principais assessores de Matarazzo na Subprefeitura Sé, o engenheiro Antonio José Ayres Zagatto, não por acaso, era o antigo superintendente da Viva o Centro. A urbanista Regina Meyer, também da AVC, foi contratada como consultora para os projetos públicos na região. Não deixa de impressionar o fato de que, das 10 propostas encaminhadas aos candidatos à Prefeitura nas eleições de 2004, nove estavam sendo avaliadas e implantadas pela atual gestão, com exceção do sistema circular de bondes ⁷⁴.

No caso das gerenciadoras privadas, o BID exige contratualmente que uma delas seja a coordenadora operacional das ações – o que a leva, em geral, à condição de controladora das etapas de projeto, execução, fiscalização e mesmo pagamento, além de manter a memória do processo fora do órgão público, destituindo o Estado de suas atribuições legítimas. Na administração Marta, dadas as dificuldades de licitação para contratação da gerenciadora, a equipe de gestores públicos conseguiu desenvolver a coordenação do programa sem a necessidade de gerenciadora. Segundo Úrsula Peres, da Secretaria de Finanças, foi possível montar um sistema de gestão com grande eficiência. "Com esse sistema a gente ia ter um controle muito grande do programa e não a gerenciadora", afirma ela⁷⁵. Com as gerenciadoras, segundo Úrsula, "você tem uma delegação de autoridade que nunca poderia fazer – a mesma empresa executa e fiscaliza". É mais: "a expertise vai embora com a gerenciadora. (...) Em todos os programas do BID isso acontece (...) com a justificativa de que quanto mais

71 Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto. *Regulação estatal e interesses públicos*. São Paulo, Malheiros editores, 2002, p.136.

72 Como aponto em minha pesquisa de mestrado, foi o BID, ainda na década de 1980, quem passou a exigir e fortalecer as gerenciadoras privadas, com o objetivo de redução do tamanho do Estado. Ver em Pedro Arantes, op.cit., os capítulos "O poder das gerenciadoras privadas" e "A nova classe de gestores de empréstimos e formuladores de 'best practices'".

73 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 05/04/2007.

74 Essa conclusão pode ser feita por meio da comparação do documento da AVC "Carta aos candidatos, 2004" com a matéria "Dez idéias para o Centro", Revista Veja São Paulo, 16/03/2005.

75 Entrevista concedida ao Instituto Pólis em 05/07/2007.

terceirizado melhor, menos cargos públicos". Segundo Úrsula Peres, a diretoria da Emurb estava sendo organizada para se especializar em gerenciamento de projetos, numa visão de fortalecimento do poder público, necessária à garantia dos interesses públicos. A gestão Serra/Kassab, entretanto, completou a licitação, contratou a gerenciadora e desmontou a estrutura interna de administração que havia sido montada.

Esse tipo de ingerência do BID afeta a própria noção de soberania do Estado. São problemas políticos, de soberania, travestidos de problemas técnicos, de burocracia. Segundo o depoimento de diversos gestores entrevistados: o BID tem prazos próprios que não são os da administração; impõe consultorias com a alegação de acelerar o processo; não se preocupa com a publicização do projeto; estabelece procedimentos não habituais para a administração pública; exige regras de licitação que contrariam a legislação nacional; cobra gastos e dedicação extra da máquina pública para que a implementação de seus projetos prevaleça em relação aos demais; define ações como "elegíveis" ou "não elegíveis", isto é, não financiáveis, mesmo que sejam prioridade da administração local; realiza seminários com os gestores para difundir sua ideologia; etc.

Quando organizações de direito privado, sejam elas a Associação Viva o Centro, as gerenciadoras ou o próprio BID, passam a assumir ou ingerir nas incumbências que deveriam estar a cargo do poder público, a própria noção de interesse público fica enfraquecida, senão inviabilizada.

Em uma sociedade que historicamente não construiu uma autonomia relativa do público em relação aos interesses privados, esse desmantelamento acaba por reforçar as estruturas arcaicas de patrimonialismo. A incapacidade do Estado em estabelecer o interesse público encontra paralelo na inviabilidade da própria esfera pública e, por conseqüência, ocorre uma espécie de "anulação da política" – se definirmos "política como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os que são proprietários"⁷⁶. Nesse caso, o Estado deveria ser a instância capaz de assegurar o não-aniquilamento dos interesses dos indivíduos excluídos do jogo de interesses⁷⁷.

Diante da falência da noção de interesse público, o jurista Floriano de Azevedo Marques Neto propõe que ele seja reconstruído com base em três princípios, que deveriam orientar a ação do Estado: a) a interdição do atendimento de interesses particularistas, ou seja, desprovidos de amplitude coletiva; b) a obrigatoriedade de ponderação de todos os interesses públicos enredados no caso específico; c) a imprescindibilidade de explicitação das razões de atendimento de um interesse público em detrimento dos demais⁷⁸.

Para tanto, apenas um amplo movimento de publicização do Estado pode ser capaz de dar sentido e força às noções de interesse público e bem comum. Para isso, é preciso livrar o público dos fundamentos personalistas que patrimonializam bens, direitos e oportunidades, que deveriam pertencer à coletividade social. Resta saber se esse programa clássico de nosso projeto de "formação nacional" ainda é possível diante do desmanche a que assistimos.

76 Francisco de Oliveira, "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal" in Os sentidos da democracia. Petrópolis, Vozes, 1999, p.65.

77 Floriano Marques Neto, op.cit. p.162.

78 Idem, p.165.